

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme preceitua o Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, com as devidas alterações, os anexos às Demonstrações Financeiras visam facultar aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial prevista no ponto n.º 8 do citado Decreto-Lei. As notas não mencionadas, não são aplicáveis ou respeitam a factos ou situações que se considera não existir informação que justifique a sua divulgação, mantendo-se contudo a referida ordenação.

8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE:

8.1.1 – Identificação:

- Município de Vimioso
- Número de Identificação Fiscal: 506 627 888
- Endereço: Praça Eduardo Coelho – 5230-315 VIMIOSO
- Telefone / Fax: 273 518 120 / 273 512 510
- Regime Financeiro: Autonomia administrativa e financeira. Em termos de IVA a autarquia aplica o regime da Afetação Real, de periodicidade trimestral;
- Nº de Eleitores: 6.068 – Mapa nº 1/2018, publicado na 2ª Série, nº 43, de 1 de março de 2018, do Diário da República.

8.1.3. – Estrutura organizacional:

A Estrutura Orgânica e a Reestruturação dos Serviços foram aprovadas pela Assembleia Municipal de Vimioso em 25 de abril de 2015 e o Mapa de Pessoal, em 25 de novembro de 2016.

A Estrutura Orgânica e a Reestruturação dos Serviços foram publicadas na 2ª Série, nº 99, de 22 de maio de 2015, do Diário da República.

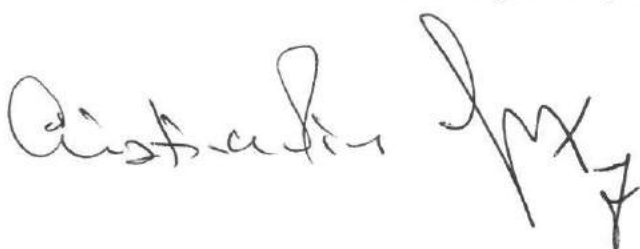
8.1.4. – Descrição sumária das atividades:

O Município de Vimioso é uma autarquia local que visa a prossecução de interesses próprios das populações respetivas, cujas atividades são direcionadas para a concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

8.1.5. – Recursos humanos:

De 1 de janeiro a 22 de outubro de 2017

- António Jorge Fidalgo Martins
- António Augusto Torrão Vaz
- Licínio Ramos Martins
- Heleno da Costa Simões
- Adriano Augusto Gonçalves Prada



Desempenharam funções, em regime de permanência, de 1 de janeiro a 22 de outubro de 2017, os eleitos:

- António Jorge Fidalgo Martins
- António Augusto Torrão Vaz
- Licínio Ramos Martins.

De 23 de outubro a 31 de dezembro de 2017

- António Jorge Fidalgo Martins
- António dos Santos João Vaz
- Sérgio Augusto Pires
- Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes
- António Eduardo Lopes Padrão.

Desempenharam funções, em regime de permanência, de 23 de outubro a 31 de dezembro de 2017, os eleitos:

- António Jorge Fidalgo Martins
- António dos Santos João Vaz
- Sérgio Augusto Pires

8.1.6. – Organização Contabilística:

Os serviços de Contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada na Divisão Administrativa e Financeira, utilizando diariamente a aplicação POCAL da empresa de software Medidata.net – Engenharia e Sistemas, SA.

Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada, de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas, nomeadamente, pelo Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro).

8.1.7. – Outra informação considerada relevante:

De salientar que, foi celebrado entre o Município de Vimioso e a firma KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, um contrato de Aquisição de Serviços de Revisão do Enquadramento do IVA conferido pelo município de Vimioso, nos anos de 2014, 2015 e 2016.

Depois de realizada a ação de Inspeção por parte dos Serviços de Inspeção Tributária de Bragança, solicitamos na Declaração Periódica do 4º Trimestre de 2016, o reembolso da importância de 58.267,42 € que incluiu a recuperação adicional de IVA, na sequência do serviço prestado pela aludida empresa KPMG, SA. Aquele montante deu entrada nesta Câmara Municipal no dia 20 de julho de 2017.

Em 27 de outubro de 2017, através de ofício, a Resíduos do Nordeste, EIM comunicou a alteração da empresa, que consistiu no alargamento do seu objeto social e na transmissão das ações detidas pela Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano para os municípios que a integram, passando, desde modo, o Município de Vimioso a deter uma participação social.

Em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Vimioso, realizada no dia 17 de junho de 2016, aprovou a referida alteração estatutária, conforme proposta do Presidente da Câmara Municipal, tendo ficado a empresa Resíduos do Nordeste, EIM de promover todas as diligências legais.

Considerando que a transmissão de ações para o município conduz a uma participação direta na empresa Resíduos do Nordeste, EIM, entendemos que a mesma, se encontra sujeita a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, independentemente do valor associado ao ato, nos termos do artigo 23º, nº 1, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Constatando-se que o processo ainda não foi remetido a visto do Tribunal de Contas e havendo dúvidas sobre os registos contabilísticos a promover pelo Município, optou-se, enquanto não são esclarecidas as mesmas, não reconhecer a operação no Balanço do Município. Para reconhecer a mesma no Balanço, importa apurar se a operação, está ou não, sujeita a visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 23º, nº 1, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 – O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, obriga à existência articulada de três sistemas de contabilidade: orçamental, patrimonial e de custos. Quanto a este último, são fixados um conjunto de procedimentos obrigatórios para o seu apuramento. Estes três sistemas de contabilidade já se encontram implementados pelo município de Vimioso.

O Balanço e a Demonstração de Resultados refletem uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo e dos Resultados da Autarquia Local.

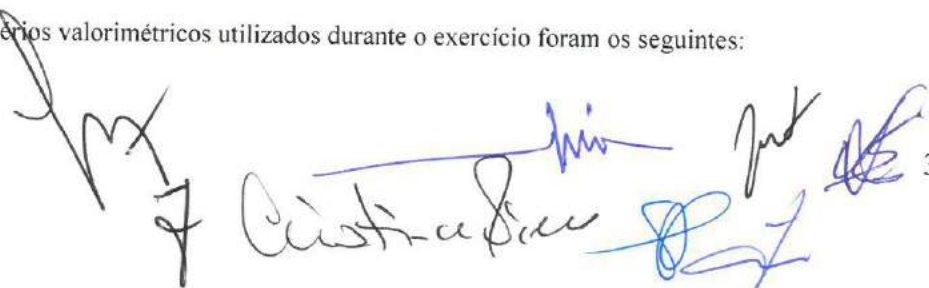
8.2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Em 2017, o Município prosseguiu com a política de registo e mensuração dos subsídios ao investimento associado a activos amortizáveis com o objectivo de dar cumprimento ao princípio da especialização e do acréscimo previsto no ponto 3.2 do POCAL, pelo que são comparáveis com o exercício anterior, os saldos das contas de balanço 274 - «Proveitos Diferidos» e «, 59 - «Resultados Transitados», e as seguintes contas de resultados – 74 - «Transferências e subsídios obtidos» e 79 - «Proveitos e Ganhos Extraordinários».

Para dar uma imagem verdadeira e apropriada das Demonstrações Financeiras, o município procedeu no ano de 2016, com continuação neste exercício, à aplicação retrospectiva dessa política, tendo efectuado um levantamento da situação de todos os projectos co-participados e cujos ativos associados estão a ser objecto de amortização.

O Impacto desta alteração, nas contas de 2017, encontra-se divulgado na nota 8.2.28 deste Anexo.

8.2.3 – Os critérios valorimétricos utilizados durante o exercício foram os seguintes:

The image shows several handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page. There are approximately six distinct marks, including what appears to be a large 'M' or 'X' on the left, and a small number '3' on the right.

Imobilizado:

O ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, regra geral, foi valorizado ao custo de aquisição.

Os bens do imobilizado não são susceptíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respectivos critérios de valorização.

Amortizações:

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes, de acordo com o ponto 2.7.2. do POCAL.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando as taxas de amortização definidas no CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado por Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Existências:

Foram valorizadas ao custo de aquisição, sem prejuízo das exceções consideradas no ponto 4.2. do POCAL relativamente aos critérios valorimétricos.

O método de custeio das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Quanto às dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes cuja cobrança seja duvidosa e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, serão constituídas provisões segundo o estabelecido no 2.7.1 do POCAL.

Estas provisões serão calculadas com base na conta patrimonial 21.8.2 - Clientes, Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa – Cobranças em litígio, pois poderão ser as que apresentam um risco de incobrabilidade devidamente justificado.

Foi constituída uma provisão para cobranças duvidosas de publicidade, água, saneamento, limpeza, via pública, habitação e outros, no valor de 16.050,91 €, para dívidas em mora há mais de 12 meses e para outras há mais de 6 meses e até 12 meses.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

8.2.6 – No decurso do ano de 2016 na rubrica de despesas de investigação e de desenvolvimento foi registada a importância de 36.900,00 euros, sendo que, o saldo é de 46.895,94 euros, que se mantém em 2017. Aquela quantia refere-se ao projeto da “Reabilitação Urbana de Vimioso”, atendendo que a conta 43.4.2 não existe no Classificador SIIAL da DGAL.



8.2.7 – Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do Balanço, encontram-se refletidos no Mapa do Activo Bruto e no Mapa das Amortizações e podem ser resumidos da seguinte forma:

O **Imobilizado Bruto** (Coluna AB do Balanço) da autarquia apresenta um crescimento absoluto de 1.615.728,45 euros, representando um aumento absoluto de 2,72% comparativamente com o ano anterior, repartido pelas principais componentes do imobilizado:

Bens do Domínio Público – Durante o ano de 2017 verificou-se um acréscimo global de 2.002.762,93 euros respeitando na totalidade a Outras Construções e Infraestruturas, representando um aumento de, aproximadamente, 14,05%.

Imobilizações Corpóreas – Regista uma diminuição global de 387.034,48 provenientes, essencialmente, da transferência de imobilizado em curso para imobilizado fixo.

A rubrica de Terrenos e Recursos Naturais apresenta um aumento de 50.000,00 euros, a rubrica de Edifícios e Outras Construções apresenta um aumento de 2.364.694,99 euros, a do Equipamento Básico regista um aumento de 249.334,49 euros, a das Ferramentas e Utensílios um aumento de 41.825,98 euros, a do Equipamento Administrativo um aumento de 56.327,34 euros, sendo que a das imobilizações em curso registou uma diminuição de 3.208.443,88 euros.

Em outras imobilizações corpóreas regista-se um aumento de 14.619,22 euros.

Investimentos Financeiros – Mantém o valor registado no ano anterior.

As **amortizações acumuladas** da autarquia apresentam um saldo de 15.516.013,80 euros em termos absolutos, representando um aumento de 1.934.989,93 euros face a 31 de dezembro de 2016.

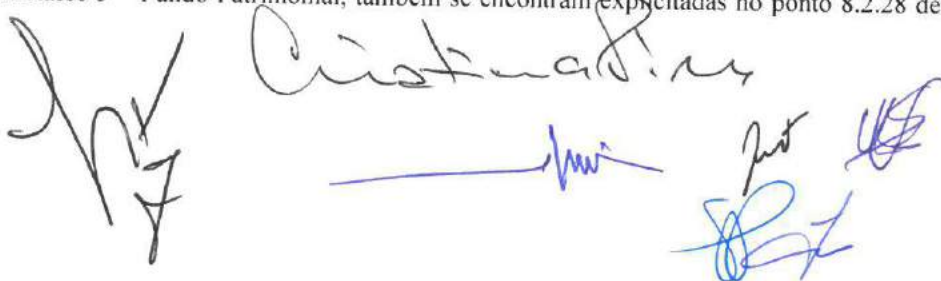
Globalmente e em termos percentuais, esta rubrica regista um aumento de 14,25% relativamente ao ano anterior.

Considerando o valor apresentado pelos reforços das amortizações, importa salientar a decomposição do valor de 1.934.989,93 euros.

Sendo assim, revestem maior relevância, o reforço de amortizações de outras construções e infraestruturas (€ 1.007.071,16), de outros bens do domínio público (3.354,44), de edificios e outras construções (680.100,18), de equipamento básico (€ 55.244,84), de equipamento de transporte (36.021,85), de ferramentas e utensílios um aumento (€ 27.576,08), de equipamento administrativo (€ 28.048,42), outras imobilizações corpóreas (€ 97.572,96) e bens de domínio público (€ 1.010.425,60).

Os movimentos antes referidos, mais do que registos isolados devem ser complementados com a análise dos mapas que antecedem, o Mapa do Ativo Bruto e o das Amortizações.

Deve ainda ter-se em conta o reflexo destas movimentações, quer sobre o património, quer sobre os resultados transitados, reflexo que pode ser de sinal negativo ou positivo. Tendo estas correcções influência na classe 5 – Fundo Patrimonial, também se encontram explicitadas no ponto 8.2.28 deste anexo.

The block contains several handwritten signatures and initials in blue ink. From left to right, there is a large, stylized signature, a signature that appears to read 'Cristina', a horizontal line followed by a signature, and two more signatures on the right side. The page number '5' is located at the bottom right corner.

8.2.15 - Bens de Domínio Público que, por regra, não são objecto de amortização e indicação das respectivas razões:

Para efeitos de amortização, o período de vida útil das construções incluídas no Domínio Público, será contado a partir da data da sua conclusão e entrega da obra, e fixado em função da natureza dos materiais e das tecnologias utilizadas, o qual segue em regra, o estabelecido no CIBE (Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril).

Não foram objeto de amortização, os bens classificados em Terrenos e Recursos Naturais, atendendo que a Portaria não estabelece taxa de amortização, o mesmo aconteceu com as imobilizações em curso que apenas se amortizarão, como é natural e de lei, após a sua transferência para imobilizado firme.

Tendo em vista a atualização do Património Municipal – Bens do domínio público e outros, foi realizado um arrolamento dos movimentos registados nas diversas contas da classe patrimonial, nomeadamente, Imobilizado em Curso, conferindo com os extratos de movimentos do plano da geral.

A verificação desses dados foi operada desde a data da implementação do POCAL nesta autarquia.

Acresce salientar que o registo dos diversos bens, por transferência das contas 44... (imobilizado em curso) para as 42... (imobilizado corpóreo) ou 45... (bens do domínio público) deverá atender ao facto de se conhecer, caso a caso, quem administra ou controla os mesmos, estejam ou não, afectos à actividade operacional do município.

8.2.16 Entidades Participadas

Câmara Municipal de Vimioso

2017

(unidades: euros)

ENTIDADES PARTICIPADAS					
NOME DA ENTIDADE	SEDE	PARTICIPAÇÃO DETIDA		CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO LÍQUIDO
		%	Valor		
Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda	Câmara Municipal - 5340 Macedo de Cavaleiros	4,55	3.741,00 €	495.784,93 €	41.520,85 €

De salientar que não se registaram durante o ano de 2017 movimentos na rubrica 41.2.5 (Fundo de Apoio Municipal).

8.2.22 – As dívidas de cobrança duvidosa incluídas na rubrica Dívidas de Terceiros – Curto Prazo, atingem o valor de 17.053,32 euros.



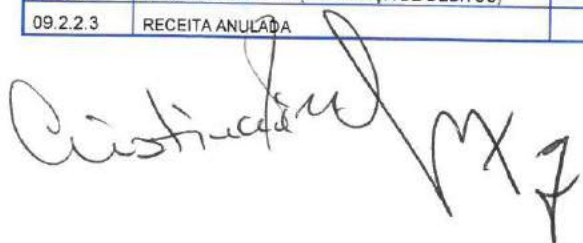
Mapa das Contas de Ordem

Câmara Municipal de Vimioso

2017

(unidades: euros)

MAPA DAS CONTAS DE ORDEM							
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
		DEVEDOR	CREDOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
9	CONTAS DE ORDEM	18.287,62 €	555.547,01 €	75.506,90 €	165.442,00 €	0,00 €	627.194,49 €
9.1	CAUÇÕES E GARANTIAS	0,00 €	555.547,01 €	59.530,80 €	148.231,80 €	0,00 €	644.247,81 €
09.1.1	CAUÇÕES DE AGUA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.1.1	PARTICULARES	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.1.1.1	PRESTADAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.1.1.2	ACCIONADAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.1.1.3	DEVOLVIDAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.1.2	EMPRESAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.1.2.1	PRESTADAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.1.2.2	ACCIONADAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.1.2.3	DEVOLVIDAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.2	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTO SANITÁRIO	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.2.1	PRESTADAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.2.2	ACCIONADAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.2.3	DEVOLVIDAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.3	CAUÇÕES DE EMPREITADAS	0,00 €	494.616,60 €	55.698,08 €	140.384,86 €	0,00 €	579.303,38 €
09.1.3.1	PRESTADAS	0,00 €	494.616,60 €	0,00 €	140.384,86 €	0,00 €	635.001,46 €
09.1.3.2	ACCIONADAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.3.3	DEVOLVIDAS	0,00 €	0,00 €	55.698,08 €	0,00 €	55.698,08 €	0,00 €
09.1.4	CAUÇÕES DE DANIFICACAO DE INFRA-ESTR.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.4.1	PRESTADAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.4.2	ACCIONADAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.4.3	DEVOLVIDAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.5	CAUCOES DE LOTEAMENTOS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.5.1	PRESTADAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.5.2	ACCIONADAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.5.3	DEVOLVIDAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.6	CAUÇÕES DE OBRAS PARTICULARES	0,00 €	47.502,23 €	3.832,72 €	7.846,74 €	0,00 €	51.516,25 €
09.1.6.1	PRESTADAS	0,00 €	47.502,23 €	0,00 €	7.846,74 €	0,00 €	55.348,97 €
09.1.6.2	ACCIONADAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.6.3	DEVOLVIDAS	0,00 €	0,00 €	3.832,72 €	0,00 €	3.832,72 €	0,00 €
09.1.7	OUTRAS CAUÇÕES	0,00 €	13.428,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	31.266,32 €
09.1.7.1	PRESTADAS	0,00 €	13.428,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13.428,18 €
09.1.7.2	ACCIONADAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.7.3	DEVOLVIDAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.8	GARANTIAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.8.1	PRESTADAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.8.2	ACCIONADAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09.1.8.3	DEVOLVIDAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
9.2	RECIBOS PARA COBRANCA	18.287,62 €	0,00 €	15.976,10 €	17.210,40 €	17.053,32 €	0,00 €
09.2.1	ANOS ANTERIORES			14.693,06 €	3.102,41 €	29.878,27 €	0,00 €
09.2.1.1	RECEITA LIQUIDADA (PAGAMENTO NORMAL)	18.287,62 €	0,00 €	14.693,06 €	0,00 €	32.980,68 €	0,00 €
09.2.1.2	RECEITA COBRADA (COBRANÇA DE DÉBITOS)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.404,79 €	0,00 €	2.404,79 €
09.2.1.3	RECEITA ANULADA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	697,62 €	0,00 €	697,62 €
09.2.2	EXERCÍCIO CORRENTE	0,00 €	0,00 €	1.283,04 €	14.107,99 €	0,00 €	12.824,95 €
09.2.2.1	RECEITA LIQUIDADA (PAGAMENTO NORMAL)	0,00 €	0,00 €	1.283,04 €	0,00 €	1.283,04 €	0,00 €
09.2.2.2	RECEITA COBRADA (COBRANÇA DE DÉBITOS)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14.107,99 €	0,00 €	14.107,99 €
09.2.2.3	RECEITA ANULADA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €




Este mapa presta informação sobre os movimentos relativos a garantias, cauções e recibos para cobrança.

Assim, verifica-se que à data de 01.01.2017, a autarquia detinha em cauções o valor de 555.547,01 euros, ocorrendo durante a gerência de 2017 entregas no valor de 148.231,60 euros. Durante a mesma, foram libertadas cauções (reembolsos / restituições) no valor de 59.530,80 euros, o que faz com que transitem para o ano de 2018 cauções / garantias no valor de 644.247,81 euros.

Este valor encontra-se refletido no mapa do Movimento Anual das Contas de Ordem no saldo para a gerência seguinte.

Quanto aos recibos para cobrança, o saldo da gerência anterior era de 18.287,62 euros e durante o ano de 2017 foram emitidos recibos no valor de 15.976,10 euros, sendo que foram cobrados recibos no valor de 17.210,40 euros, pelo que transitaram para 2018, recibos para cobrança no valor de 17.053,32 euros.

8.2.27 – Encontrava-se pendente em 31 de dezembro de 2017, o seguinte processo:

- Ação administrativa comum nº 338/15.2BEMDL, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, instaurada por Marcolino Ramos Afonso contra a Freguesia de Avelanoso e contra o Município, na qual vêm peticionados danos emergentes de acidente de viação ocorrido em curva não sinalizada em caminho público; apresentada Contestação em Setembro de 2015; aguarda despacho saneador e ulteriores termos processuais;

Relativamente a este processo e, por se ter conhecimento do respetivo valor, procedeu-se à constituição de uma provisão para riscos e encargos, no valor de 18.417,51 euros, que se mantém.

8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo Patrimonial», constantes do balanço.

Conta 5

FUNDO PATRIMONIAL				
Designação da Conta	Saldo Inicial	Movimento no exercício		Saldo Final
		Aumentos	Diminuições	
Património	7.160.010,82 €	16.346,26 €		7.176.357,08 €
Reservas Legais	1.199.596,04 €	44.125,69 €		1.243.721,73 €
Reservas Livres	12.348,96 €			12.348,96 €
Doações	9.110,00 €			9.110,00 €
Resultados Transitados	8.420.304,23 €	1.882.754,91 €	981.544,43 €	9.321.514,71 €
Resultado Líquido do Exercício	882.513,80 €	637.013,98 €	1.491.152,94 €	28.374,84 €
Total:	17.683.883,85 €	2.580.240,84 €	2.472.697,37 €	17.791.427,32 €

[Handwritten signatures and initials]

Conta 57.1

RESERVAS LEGAIS				
Tipo de movimentos	Saldo Inicial	Movimento no exercício		Saldo Final
		Aumentos	Diminuições	
	1.199.596,04 €			1.199.596,04 €
Distribuição resultados transitados		44.125,69 €		44.125,69 €
Total da conta Reservas Legais	1.199.596,04 €	44.125,69 €		1.243.721,73 €

A **Conta 57.1 – Reservas Legais** – Apresenta o valor de 1.199.596,04 euros, com o aumento de 44.125,69 euros em 2017, resultante da imposição legal já referida, ou seja 5% do resultado líquido do exercício de 2016.

A **Conta 57.6 – Doações** – Apresenta o saldo de 9.110,00 euros referente a um prédio urbano (casa de rés do chão e 1º andar) sito na freguesia de Avelanoso integrado no edifício do posto de venda de produtos regionais.

Conta 59

RESULTADOS TRANSITADOS	
Saldo Inicial	8.420.304,23 €
Movimentos do exercício:	
Transferência do RLE de 2016	882.513,80 €
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício - Ano 2016	60.471,95 €
Regularização de Amortizações do ano anterior	423.215,16 €
Regularização de Contas da Patrimonial	92.503,03 €
Subsídios ao Investimento	409.880,76 €
Saldo Final	9.321.514,71 €

A **Conta 59 – Resultados Transitados** – Apresentava o valor de 8.420.304,23 euros, no início do ano de 2017, tendo sofrido um aumento absoluto de 901.210,48 euros pela transferência do Resultado Líquido do Exercício de 2016, pela Regularização de Contas da Patrimonial, pela Transferência de subsídios ao investimento no âmbito do princípio da especialização dos exercícios e pela aplicação do Resultado líquido de 2016 e de Regularização de amortizações do ano anterior.

Conta 88 – Resultado Líquido do Exercício

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				
Tipo de movimentos	Saldo Inicial	Movimento no exercício		Saldo Final
		aumentos	diminuições	
	882.513,80 €			882.513,80 €
Transferência do RLE de 2016			882.513,80 €	-882.513,80 €
Apuramento de resultados - Ano 2017		637.013,98 €	608.639,14 €	28.374,84 €
Total da conta Resultado Líquido do Exercício	882.513,80 €	637.013,98 €	1.491.152,94 €	28.374,84 €

A conta 88 - Resultado Líquido do Exercício - Face às imposições do ponto 2.7.3. do POCAL, o resultado líquido do exercício de 2016 no valor de 882.513,80 euros foi transferido para a conta de Resultados Transitados e, posteriormente, desta para a de Reservas Legais, a quantia de 44.125,69 euros. No exercício de 2017, o **Resultado Líquido do Exercício** apurado foi de **28.374,84 euros**.

8.2.31

Câmara Municipal de Vimioso

2017

(unidades: euros)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS					
Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2017	2016		2017	2016
681-Juros suportados	32.427,04 €	39.366,31 €	781-Juros Obtidos		604,73 €
682-Perdas em entidades participadas			782-Ganhos em entidades participadas		
683-Amortizações de investimentos em imóveis			783-Rendimento de imóveis	241.310,40 €	238.636,88 €
684-Provisões para aplicações financeiras			784-Rendimentos de participações de capital	5.370,00 €	9.090,91 €
685-Diferenças de câmbio desfavoráveis			785-Diferenças de câmbio favoráveis		
687-Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			786-Descontos de pronto pagamento obtidos		
688-Outros custos e perdas	1.282,15 €	2.433,06 €	787-Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
			788-Outros proveitos e ganhos financeiros		
RESULTADOS FINANCEIROS	212.971,21 €	206.533,15 €			
TOTAL	246.680,40 €	248.332,52 €	TOTAL	246.680,40 €	248.332,52 €

8.2.32

Câmara Municipal de Vimioso

2017

(unidades: euros)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS					
Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2017	2016		2017	2016
691-Transferências de capital concedidas		9 950,00 €	791-Restituição de impostos	51 628,77 €	
692-Dívidas incobráveis			792-Recuperação de dívidas		
693-Perdas em existências		106,26 €	793-Ganhos em existências		29,62 €
694-Perdas de imobilizações	888,54 €	10 404,98 €	794-Ganhos em imobilizações	8 060,00 €	56 719,57 €
695-Multas e penalidades	344,62 €	444,00 €	795-Benefícios e penalidades contratuais	8 541,78 €	4 377,83 €
696-Aumentos de amortizações e provisões			796-Reduções de amortizações e provisões		
697-Correções relativas a exercícios anteriores	255 288,54 €	37,50 €	797-Correções relativas Ex. anteriores	1 096,17 €	76,00 €
698-Outros custos e perdas extraordinários	839,43 €	454,46 €	798-Outros proveitos e ganhos financeiros	612 077,18 €	739 969,59 €
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	424.042,77 €	779.775,41 €			
TOTAL	681.403,90 €	801.172,61 €	TOTAL	681.403,90 €	801.172,61 €